

Abertura

A Revista do Ministério Público, propriedade do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, fundada no ano de 1980 por magistrados e juristas tão insignes como Artur Maurício, Rodrigues Maximiano ou Mário Torres, entra presentemente no seu 33º ano de publicação sempre contínua e regular – facto raro no panorama editorial jurídico português. Durante estas mais de 3 décadas, tem associado ao seu objectivo central (a trimestral publicação da revista) a organização ou co-organização de outros eventos de cariz jurídico ou cultural (colóquios, tertúlias, congressos, exposições, etc.).

É nesta linha que se insere, pois, a co-organização do presente “Debate sobre a Reforma do Processo Civil”.

Em boa hora acordámos, com os responsáveis da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em unir esforços no sentido de proporcionar à comunidade jurídica portuguesa a oportunidade de conhecer e debater as alterações ao processo civil propostas pela respectiva Comissão de Reforma.

Encontrando-nos em pleno “debate público” do Projecto da Reforma do Processo Civil, cremos prestar, deste modo, um serviço público, ao proporcionar aos académicos, aos magistrados, aos advogados, aos juristas, aos estudantes, a possibilidade de assim acompanharem mais de perto este procedimento legislativo tão estruturante da norma jurídica portuguesa.

Em meu nome, e em nome dos 10 Colegas Magistrados do Ministério Público que comigo dirigem actualmente a Revista do Ministério Público (alguns dos quais bastante contribuíram para a preparação desta iniciativa), quero agradecer:

- desde logo, à Faculdade de Direito da Universidade Católica, na pessoa dos seus ilustres membros, a Diretora Nacional, Prof.^a Dra. Maria da Glória Garcia, e o Diretor da Escola de Lisboa, Prof. Dr. Henrique Sousa Antunes, pelo óptimo relacionamento e colaboração proporcionados na preparação deste evento, sendo justo salientar o profissionalismo da sua equipa dirigida pelas Dras. Rita Lynce de Faria e Filipa Paiva e Pona;
- depois, aos Exmos. Membros da Comissão de Reforma, que são as protagonistas essenciais desta iniciativa, tal como ela foi pensada e estruturada: a eles caberá, em cada uma das 8 sucessivas Mesas/Temas, a primeira palavra de exposição e explicação das alterações projectadas.
- uma palavra de agradecimento é também devida à disponibilidade dos demais participantes nas 8 Mesas/Temas (Moderadores incluídos), uma vez que, tratando-se de académicos, magistrados judiciais e do Ministério Público, e advogados, particularmente ligados aos temas em debate, proporcionarão certamente uma pertinente visão crítica, exterior à Comissão de Reforma, sobre as alterações propostas.
- por último, mas não menos sentido, um agradecimento a todos quantos acederam ao convite para estarem presentes, às entidades convidadas e aos assistentes em geral. Estou convencido de que todos darão o seu tempo por bem empregue.

Porque o tempo é escasso e porque o que verdadeiramente interessa, agora, é aproveitá-lo para a exposição e debate da Reforma do Processo Civil, termino já – não sem antes agradecer a V^a Ex^a, Senhora Ministra da Justiça, o estímulo que a sua presença constitui para os organizadores deste evento, e para todos os que nele irão participar.

Oxalá a presente iniciativa possa contribuir, a seu modo, para uma melhor Justiça em Portugal. Foi apenas esta, aliás, a nossa intenção.

Muito obrigado!

(Palavras proferidas pelo Director da Revista do Ministério Público, na abertura do “*Debate sobre a Reforma do Processo Civil – Proposta da Comissão de Reforma*” que teve lugar em 15 e 16 de Março de 2012, em Lisboa, numa organização conjunta da Revista do Ministério Público e da Faculdade de Direito, Escola de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa)